



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL

O PCP absteve-se na votação do corpo do relatório e nas conclusões, e votou contra o capítulo das Recomendações, por considerar que o documento excluiu questões que são verdadeiramente cruciais nesta matéria.

No momento em que chegam ao fim os trabalhos deste inquérito parlamentar, o PCP reitera a afirmação de um caminho indispensável e urgente: acabar com as atuais PPP e rejeitar novos contratos qualquer que seja o seu modelo.

A solução para o futuro não pode ser uma tentativa (mais uma) de “aperfeiçoar” o que é péssimo. Não pode haver mais contratos PPP. O que é imprescindível não é reiniciar – mas sim inverter – este ciclo de negociações e renegociações que sempre favorecem os interesses privados.

Nesse sentido, o PCP apresentou uma proposta de recomendação, que foi rejeitada pelo PSD e CDS-PP mas que continuará evidentemente a ser uma exigência nacional de todo o sentido e atualidade:

**«Deve ser desencadeado pelo Estado Português um processo de extinção das atuais Parcerias Público Privadas, recorrendo aos mecanismos legais e contratuais que, conforme a situação aplicável, garantam da melhor forma a salvaguarda do interesse público, a título de exemplo o resgate, a rescisão, o sequestro ou a caducidade.»**

Não é aceitável, nem se pode permitir, que alguém tente transformar esta comissão de inquérito parlamentar numa operação de branqueamento ou reabilitação das PPP.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL

Todo este trabalho de apuramento de factos, de reflexão e debate tem de ter consequências políticas.

Aliás, por essa mesma razão, não se pode aceitar uma atitude incoerente ou inconsequente de quem reconhece a fragilidade do Estado à mercê dos interesses privados (como adiante se verá) e depois rejeita a criação de capacidades que viabilizem uma solução alternativa. Ora, por esse motivo, regista-se como igualmente negativa a recusa, pela maioria parlamentar, da proposta de recomendação do PCP que apontava para o seguinte:

**«Deve ser garantida uma capacidade instalada no Sector Empresarial do Estado que permita recorrer à gestão pública na condução dos projetos de investimento, ao invés de se colocar o Estado na dependência dos interesses privados e de modelos como o da PPP.»**

As Parcerias Público Privadas constituídas em torno de projetos como o IP-8, IP-2, etc. (as chamadas “subconcessões EP”) confirmaram-se como opção ruinosa para o interesse público. E o que foi anunciado como “renegociação da PPP” resumiu-se afinal ao cancelamento substancial de investimento, viadutos inacabados e deixados ao abandono, caminhos rurais danificados ou até intransitáveis, ameaças à segurança de pessoas e bens. O que permite tirar duas conclusões: (i) que a “renegociação” para manter (ou mantendo) as PPP, não é solução; (ii) que a única “renegociação” aceitável, é a que permite extinguir as PPP!



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL

O resultado das renegociações das PPP, mantendo-as em vigor, são pagamentos de centenas de milhões de euros do Estado às subconcessionárias ao longo das próximas décadas, sem sequer se reduzir as taxas internas de rendibilidade. Esta situação é insustentável e tem de ser urgentemente resolvida.

Neste contexto, impõe-se como urgente uma resposta concreta do Estado a esta situação, e o PCP apresentou nesta Comissão de Inquérito uma proposta de recomendação precisamente dirigida a este mesmo problema. O teor da recomendação que propusemos era o seguinte:

**«Devem ser reavaliadas as decisões sobre o cancelamento de intervenções na rede viária a requalificar ou construir, garantindo a criteriosa e rigorosa gestão dos recursos, estudando as melhores alternativas de projeto e recorrendo à gestão pública para a conclusão adequada designadamente em eixos como o IP-8, o IP-2 ou a EN-125.»**

Também aqui o PSD e o CDS-PP inviabilizaram a inclusão desta recomendação no Relatório, desta feita com a abstenção do PS.

Aliás, tratando-se neste relatório, e neste inquérito parlamentar, das PPP do sector rodoviário e ferroviário, é preciso não esquecer que subsistem os problemas graves, e ainda não aprofundados cabalmente, das PPP na área da saúde e noutros domínios. A experiência profundamente negativa do Hospital Amadora-Sintra, que levou o próprio Estado à extinção da sua gestão privada, ou os problemas com a PPP do Hospital de Braga, com graves consequências para os utentes, para os profissionais de saúde e para os dinheiros públicos são a prova cabal de que também na saúde as PPP não são solução adequada aos interesses públicos.



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL**

Apesar da recusa do PSD e CDS-PP em admitir questões fundamentais que deveriam constar do Relatório, valorizamos as referências e conclusões importantes que, por proposta do PCP, ficaram no documento – e não podem ser esquecidas nem ignoradas.

Perante a habitual constatação de que o Estado não possuía uma estrutura técnica forte e especializada neste tipo de contratação que defendesse com absoluto e inquestionável rigor o interesse público, fizemos questão de sublinhar que tal situação não está ainda resolvida. Acrescente-se que as que existiam, como o Conselho Superior das Obras Públicas, foram liquidadas por este e anteriores governos do PS, PSD e CDS, no seu afã do “menos Estado”!

Ora, por proposta do PCP, o Relatório passou a considerar que a política de formação e recrutamento de tais estruturas especializadas por parte do Estado comporta sempre o risco de, no curto ou médio prazo, se verificar a passagem dos seus membros para o sector privado, com todo o conhecimento e vantagem comercial daí decorrente – situação que se agrava com a política seguida na Administração Pública; e que a capacidade do Estado nesta matéria é ainda comprometida pela profunda dependência que é evidenciada face aos consultores externos, que frequentemente prestam os seus serviços também a concorrentes privados.

Por outro lado, foi reconhecido (e passou a constar do Relatório) a conclusão de que, sendo o histórico de “derrapagens” orçamentais nas obras em modelo de empreitada pública um dos argumentos mais frequentes para a opção pelo modelo PPP, o que esta Comissão verificou foi que os contratos PPP já se saldaram até à data em sucessivos processos de reequilíbrio financeiro, isto é, em derrapagens orçamentais em contínuo, de



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL

que é um bom exemplo a PPP Ponte Vasco da Gama/Lusoponte, com milhares de milhões de euros de despesa para o Estado não prevista inicialmente.

Esta conclusão política é da maior relevância e faz cair por terra as argumentações que pretendem atribuir uma suposta “incapacidade endémica” à contratação e gestão pública. O que não significa aceitar como inevitável a habitual derrapagem das obras públicas, mas cuja solução não é, manifestamente, a PPP.

Quanto à PPP do Eixo Ferroviário Norte/Sul, é importante e regista-se que tenha ficado reconhecido e fixado em Relatório que a decisão pelo modelo PPP esteve sempre tomada à partida, por uma orientação política que visava lançar a estratégia de liberalização e privatização no sector ferroviário, tendo a “opção PPP” sido um pressuposto do processo de decisão; e que, na concretização dessa opção política, não se procedeu a qualquer “comparador público” e, tendo a CP sido impedida de se apresentar ao concurso público internacional, acabou mesmo por ser chamada a prestar apoio à PPP, como entidade adquirente do material circulante colocado ao serviço.

Ora, a realidade desta PPP, que o discurso dominante tem procurado desesperadamente apresentar como “o caso de sucesso” entre as parcerias, é de que em onze anos custou ao Estado perto de 103 milhões de euros, num serviço de transporte ferroviário que ficou excluído do sistema do passe social intermodal e onde os preços praticados são superiores aos do tarifário comparável da CP.

E mesmo a renegociação de 2010 não reequilibra nem compensa o prejuízo causado até esse momento. O que o PSD e o CDS-PP chamam de «PPP autossustentável» é afinal sustentada nas receitas comerciais e no pagamento pelos utentes, com um tarifário que pode ser aumentado em cada ano um ponto percentual acima da inflação.



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL**

Lamentavelmente, a maioria parlamentar impediu esta última referência de constar das Conclusões do Relatório.

Em todo este processo de inquérito parlamentar, o PCP esteve empenhado em contribuir para o apuramento dos factos e para o desmascaramento da verdade sobre as PPP e do desastroso negócio que representaram para o País.

Desde o primeiro momento, alertámos e criticámos esta opção de sucessivos governos, e prevenimos para os resultados que inevitavelmente tal estratégia traria. Este relatório e este inquérito parlamentar permitiram retratar uma parte dessa realidade com que o País hoje se confronta e que vem dar razão aos alertas do PCP. De resto, é fácil perceber o zigzaguear político da maioria PSD/CDS-PP na matéria: É que os seus governos subscreveram PPP tão ruinosas para o Estado português (como é o caso, entre outras da referida Lusoponte) como as PPP que criticam aos governos PS!

O que a vida está a demonstrar e a confirmar todos os dias é que não é “o peso do Estado” que está a ser excessivo, mas, pelo contrário, o que acontece é a apropriação por interesses privados em esferas de evidente interesse nacional, onde só o Estado pode efetivamente atuar na defesa de tal interesse.

A suposta supremacia da capacidade de gestão do sector privado em Portugal é uma ficção criada pelos ideólogos e propagandistas de direita, correspondendo mesmo a uma das insuficiências estratégicas da economia portuguesa.

Os sucessivos governos pretenderam ficcionar as relações sociais ao fingir ignorar o permanente objetivo estratégico do poder económico privado de maximizar o lucro, assim como ao branquear o verdadeiro significado das opções políticas seguidas ao longo destas décadas.



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL

A realidade que se evidenciou nos trabalhos desta Comissão de Inquérito, e que ressaltou das intervenções por parte da esmagadora maioria das pessoas que foram ouvidas, foi que, em matéria de Parcerias Público Privadas, entre governos PS e PSD/CDS-PP a diferença substancial está essencialmente nos volumes de negócio e nas quantidades: número de contratos assinados, valores negociados, volume de investimento envolvido, etc.

As opções estratégicas e políticas de fundo neste domínio têm sido fundamentalmente as mesmas: favorecer o capital privado e propiciar-lhe negócios de alta rentabilidade.

Uma das mistificações mais recorrentes por parte dos partidos que desenvolveram parcerias público privadas foi a de tentar confundir PPP com investimento público ou com obra pública.

O modelo PPP não é nem pode ser condição para o investimento público. Pelo contrário: é urgente e indispensável colocar um ponto final a esta opção por este modelo de negócio, assim como urgente e indispensável é retomar e dinamizar o investimento.

A profunda crise económica em que o país se encontra, a estagnação e o crescente desemprego, reclamam, não o corte, mas uma forte aposta no investimento público de qualidade, induzindo o investimento privado, promovendo a atividade dos sectores produtivos, o crescimento económico e a criação de emprego.

A não ser interrompida, esta ação de forte quebra do investimento público e privado terá inevitavelmente reflexos ainda mais desastrosos na economia nacional, no desenvolvimento regional e na vida das populações, agravando as dificuldades de desenvolvimento das atividades produtivas e dos equipamentos sociais, e conduzindo o país para o desastre.



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À CONTRATUALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE  
TODAS AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO SECTOR RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O RELATÓRIO FINAL

Neste quadro, é indispensável o reforço do investimento público como fator determinante para a modernização e desenvolvimento do país, e como resposta necessária aos profundos problemas com que Portugal está confrontado, visando a dinamização do crescimento económico, o estímulo do aparelho produtivo nacional, a criação de emprego, incrementando o investimento em todas as suas dimensões e vertentes, na criação de equipamentos e serviços públicos vários, na reabilitação urbana, nos meios colocados à disposição do Poder Local, nos serviços de educação e de saúde, na indústria, no ambiente, na energia, nas comunicações – e evidentemente também na mobilidade, transportes e logística.

Mas essa opção implica forçosamente a substituição do atual modelo de concessão a privados dos projetos, construção, financiamento, manutenção e ou exploração, por um modelo integralmente público, com um papel determinante do conjunto das empresas do sector público, que garanta do ponto de vista técnico, na construção e manutenção da infraestrutura, a incorporação de uma elevada percentagem de produção nacional.

O que é urgente e indispensável é portanto uma outra política, uma política patriótica e de esquerda, e um governo capaz de a concretizar. Rejeitando o “modelo PPP” e defendendo o interesse nacional.

Assembleia da República, 8 de Julho de 2013

O Deputado,



(Bruno Dias)